

2004 / 10 / 20
H

**Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República**

Requerimento Nº 174 /IX/ 3ª - AC

20 de Outubro de 2004

Assunto : Construção do Estádio Municipal de Espinho

Apresentado por : Luís Montenegro

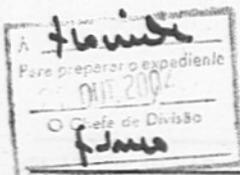
Destinatário : Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro – Secretaria de Estado do Desporto

A construção dum Estádio Municipal no concelho de Espinho é um velho anseio da população a que corresponde um velho compromisso do poder político autárquico, aliás, plasmado há vários anos nos planos de actividades e planos de investimento do município.

Contudo, tal projecto e tal objectivo nunca foi concretizado, cabendo aos autarcas e munícipes e, no fundo, a todos os agentes políticos, apurar as razões justificativas dessa incapacidade para a correspondente responsabilização, que se quer verdadeira e transparente.

Acontece que nas últimas semanas o Presidente da Câmara Municipal de Espinho, responsável máximo da autarquia, vem afirmando solenemente que a responsabilidade da não concretização dessa obra se deve ao facto do Governo ter recusado e rejeitado o apoio financeiro necessário, mormente através do III Quadro Comunitário de Apoio, programa do Eixo 3 – medida 3.10 – Desporto, Programa Operacional da Região Norte.

Mais afirma o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Espinho que o *Governo não respeitou os compromissos assumidos perante a autarquia*, invocando a esse propósito o protocolo assinado em 3 de Maio de 1996. E refere ainda ter entregue, em Agosto de 2000, na Comissão de Coordenação da Região Norte, a *intenção de candidatura* ao sobredito financiamento. Finalmente, afirma também o Presidente da Câmara Municipal de Espinho que *em 2001* (não precisando dia e mês) *apresentou ao Governo a respectiva candidatura*.



Ora, sabe-se que a formalização plena da candidatura (e, conseqüentemente, a sua apreciação) carecia, de acordo com as normas aplicáveis, do cumprimento de requisitos básicos como sejam a posse dos terrenos, a aprovação dos projectos ou a intenção de adjudicação. Não foi, até ao momento demonstrado que ~~o~~ tenha cumprido esses requisitos, responsabilidade que impende exclusivamente sobre si.

No entanto, o Presidente da Câmara Municipal de Espinho insiste em atribuir a culpa ao Governo aludindo para tal conclusão a um ofício de 19 de Fevereiro que efectua *a devolução do processo, em virtude deste não ter sido apoiado pelo III Quadro Comunitário de Apoio, programa do Eixo 3 – medida 3.10 – Desporto.*

Por outro lado, desconhece-se se o ofício de 1/09/1997 do Instituto do Desporto de Portugal, relativo à apreciação do ante-projecto de arquitectura do Estádio Municipal de Espinho, vale como aprovação do projecto pelo IDP, requisito também obrigatório ao abrigo da lei.

Finalmente, e pelo que vai dito, subsiste a dúvida relativamente a saber se neste processo houve efectivamente ou não uma apreciação governamental da pretensa candidatura, ou esse memento não foi atingido em razão do mesmo não estar devidamente instruído para merecer essa decisão.

Porque este esclarecimento se torna imperioso para que os espinhenses conheçam a verdade pela qual não desfrutam ainda dum equipamento essencial ao desenvolvimento da sua comunidade, venho requerer, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, ao **Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro – Secretaria de Estado do Desporto**, a seguinte informação:

1. Há ou não um projecto de construção dum Estádio Municipal no concelho de Espinho aprovado, de acordo com a legislação aplicável, pelo Instituto do Desporto de Portugal ?
2. Existe ou existiu uma candidatura devida e plenamente formalizada da Câmara Municipal de Espinho destinada a conseguir financiamento para a construção dum Estádio Municipal no concelho de Espinho, mormente através do III Quadro Comunitário de Apoio, programa do Eixo 3 – medida 3.10 – Desporto?
3. À intenção de candidatura manifestada formalmente pela Câmara Municipal de Espinho, em Agosto de 2000, correspondeu na tramitação posterior do processo, a apresentação de todos os elementos necessários à sua prossecução? Se não, o que faltou? E quais as conseqüências?

4. Houve ou não uma apreciação negativa duma eventual candidatura por parte do Governo?
5. É ou não o Governo responsável pelo facto do projecto de construção dum Estádio Municipal no concelho de Espinho não ter ainda sido concretizado?

Palácio de S. Bento, 20 de Outubro de 2004

O Deputado



(Luís Montenegro)